

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2016

SINDICATO DOS TRABALHADORES EMPRESAS IMOBILIÁRIAS E CONDOMÍNIOS JLLLE, CNPJ n. 86.940.381/0001-48, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ROLANDO ISLER;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SECOVI NORTE-SC, representante da categoria econômica das empresas de compra e venda, locação, e de administração de imóveis próprios ou de terceiros, das incorporadoras de imóveis, das colonizadoras, das loteadoras, das urbanizadoras, dos condomínios residenciais e comerciais e dos shopping centers, CNPJ n. 95.954.376/0001-41, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JORGE ARNALDO LAUREANO,

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e Condomínios Residenciais e Comerciais de Joinville e Região Norte**, com abrangência territorial em **Araquari/SC, Balneário Barra do Sul/SC, Campo Alegre/SC, Corupá/SC, Garuva/SC, Guaramirim/SC, Itapoá/SC, Jaraguá do Sul/SC, Joinville/SC, São Francisco do Sul/SC e Schroeder/SC.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica assegurado aos empregados das empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais da região de abrangência constante da cláusula segunda a remuneração básica de:

- Condomínios: R\$ 1.045,00 (hum mil e quarenta e cinco reais);
- Imobiliárias: R\$ 996,00 (novecentos e noventa e seis reais).

Parágrafo Único

Os empregadores fornecerão, obrigatoriamente, a seus empregados recibo mensal de pagamento ou documento equivalente, contendo identificação da empresa ou do condomínio e a discriminação dos valores pagos e descontados.

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos integrantes da categoria profissional firmatária serão reajustados em 7,5% (sete vírgula cinco por cento) no mês de maio de 2015, compensados os adiantamentos legais ou espontâneos pagos no período compreendido entre 01 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, salvo decorrentes de promoção, de término de aprendizado, de transferência de cargo, de mudança de função, de transferência de estabelecimento ou localidade e de equiparação determinada por sentença transitada em julgado.

Parágrafo Primeiro

O pagamento do percentual estabelecido para o período, a que se refere a cláusula 1ª (primeira), será pago de uma só vez no mês de maio de 2015.

Parágrafo Segundo

Os funcionários admitidos a menos de 1 (um) ano, mas que já cumpriram o período de experiência receberão o aumento fixado na cláusula 4ª de forma proporcional aos meses trabalhados.

Parágrafo Terceiro

Para os empregados que trabalhem em regime de meio expediente, as empresas e os condomínios pagarão um adicional de 20% (vinte por cento) sobre a metade do salário normativo básico do empregado.

Parágrafo Quarto

Todos os empregados admitidos até 31 de maio de 2015, e que não estejam no período de experiência, não poderão ter salário inferior ao NORMATIVO BASE, respeitando a proporcionalidade prevista no parágrafo terceiro.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA QUINTA - QUEBRA DE CAIXA

As empresas pagarão aos empregados que exerçam **exclusivamente** a função de caixa, o prêmio mensal de R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais) a título de quebra de caixa, ficando o empregado responsável pelas diferenças que ocorrerem.

Parágrafo Primeiro

A conferência de valores em caixa será realizada na presença do gerente responsável ou seu substituto, dentro do turno de trabalho do empregado. Se houver impedimento, por determinação superior, para acompanhamento da conferência, ficará o funcionário isento de responsabilidade por eventuais erros existentes / constatados.

Parágrafo Segundo

O pagamento previsto na Cláusula Quinta será efetuado de forma proporcional aos dias efetivamente laborados, sendo que os dias/horas de faltas serão descontados.

Parágrafo Terceiro

Não haverá desconto na remuneração do empregado de importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos, desde que cumpridas normas regulamentares previamente estabelecidas por escrito.

Parágrafo Quarto

O valor pago a título de quebra de caixa não terá qualquer reflexo em outras verbas e/ou parcelas trabalhistas, não integrando o salário para nenhum efeito.

Adicional de Hora Extra**CLÁUSULA SEXTA - HORA EXTRAORDINÁRIA**

A jornada extraordinária, respeitada a exceção contida no artigo 61 da CLT, será remunerada com o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das horas normais para as duas primeiras e 55% (cinquenta e cinco por cento) para as laboradas após 02 (duas) extras por dia útil trabalhado. Fica garantido o direito a percentual superior a hora estipulado desde que o empregador já venha aplicando.

Adicional de Tempo de Serviço**CLÁUSULA SÉTIMA – QUINQUÊNIO**

Fica assegurado ao empregado o percentual de 8% (oito por cento), a título de quinquênio, a cada período de 5 (cinco) anos de serviço efetivamente prestado à mesma empresa ou ao mesmo condomínio, sobre o salário base percebido no mês, limitado a 02 (dois) quinquênios, não havendo incidência dessa verba sobre qualquer outro valor pago a título salarial ou remuneratório.

Parágrafo Único

As empresas que efetuam ou venham a efetuar o pagamento de valores a título de PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS ficarão isentas do pagamento do quinquênio, ficando, porém, ressalvado aos empregados que já estejam percebendo o quinquênio o direito a opção pela continuidade do recebimento deste ou pela participação nos lucros.

Adicional de Insalubridade**CLÁUSULA OITAVA – INSALUBRIDADE**

Todos os empregados que exerçam a função de SERVIÇOS GERAIS e que, constantemente, manusearem produtos químicos (hipoclorito de sódio, água sanitária, herbicidas ou qualquer outro veneno), receberão, a título de INSALUBRIDADE, 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, exceto quando comprovadamente forem fornecidos E.P.I's.

Parágrafo Único

As empresas e condomínios abrangidos pela presente convenção obrigam-se a fornecer ao sindicato laboral, quando solicitado, Laudo sobre as condições de trabalho de seus empregados.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Todos os empregados que trabalhem em PORTARIA e exerçam a função exclusiva de segurança, receberão, a título de ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, 30% (trinta por cento) sobre seu salário base, nos termos da Lei nº 12.740/2012.

Parágrafo Primeiro

Em razão do adicional de periculosidade ter o caráter de indenizar a efetiva exposição ao risco, fica estabelecido que referida verba gera reflexos exclusivamente em horas extras, adicional noturno, hora noturna reduzida, prorrogação da jornada noturna, aviso prévio trabalhado.

Parágrafo Segundo

As verbas relativas ao intervalo intrajornada não concedido e feriados em dobro, por não exporem o empregado ao risco, não sofrem reflexo do adicional de periculosidade.

Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA - PRÊMIO ASSIDUIDADE

Fica instituído a todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional o prêmio de assiduidade correspondente a 5% (cinco por cento) incidente sobre o salário base percebido no mês. Estabelecem as partes que este prêmio não se reflete em qualquer outra parcela salarial ou remuneratória, tais como, adicional de insalubridade, risco de vida, férias, abono constitucional de férias, décimo terceiro salário, horas extras, aviso prévio indenizado, repouso semanal remunerado e adicional noturno, dentre outros.

Parágrafo Primeiro

O Prêmio de Assiduidade somente será concedido ao empregado que, no curso do mês, não tenha chegada com atraso, saída antecipada, nem tenha faltado ao trabalho por qualquer motivo, mesmo que justificado.

Parágrafo Segundo

A ocorrência de falta, atrasos e saídas antecipadas no curso do mês, além de retirar o direito a percepção do prêmio de assiduidade, não exclui o respectivo desconto da falta, exceto quanto aos atestados médicos, onde somente haverá a perda do prêmio de assiduidade.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE ALIMENTAÇÃO

As empresas/condomínios que no curso da CCT 2014/2015 mantinham o benefício do vale-alimentação ou vale-refeição, deverão mantê-lo nas mesmas condições conforme segue:

Jornada igual ou superior a 8 horas diárias – R\$ 12,00 p/dia laborado

Jornada de 6 até 8 horas diárias – R\$ 8,20 p/dia laborado

Parágrafo Primeiro

Entende-se como fornecimento de alimentação a hipótese de a empresa fornecer alimentação em refeitório próprio ou do tomador de serviços.

Parágrafo Segundo

Para o empregado horista será fornecido vale-alimentação ou vale-refeição nos valores acima estipulados, por dia trabalhado, em jornada igual ou superior a 6 horas diárias.

Parágrafo Terceiro

As empresas descontarão 20% do valor do vale-alimentação ou vale-refeição fornecido aos empregados, conforme permitido pelo art. 4º da Portaria nº 3 da Secretaria de Inspeção do Trabalho, de 1º.03.02.

Parágrafo Quarto

Sobre o valor pago a título de alimentação, vale-alimentação e/ou vale-refeição não haverá qualquer incidência e/ou reflexos em verbas trabalhistas, sendo considerada de natureza indenizatória.

Parágrafo Quinto

Não haverá o pagamento de vale-alimentação e/ou vale-refeição nos dias em que o colaborador faltar ao trabalho, seja de forma justificada ou não.

Auxílio Transporte**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE-TRANSPORTE**

As empresas e os condomínios fornecerão a seus empregados o vale-transporte sem que este seja descontado em folha de pagamento, isto para os empregados cujas residências (moradia) tenham uma distância superior a 2 km do local de trabalho, desde que o salário recebido seja inferior a 02 (dois) salários mínimo nacional.

Dos empregados que receberem acima de 02 (dois) salários mínimo nacional será descontado em folha de pagamento 06% (seis por cento) relativos ao vale-transporte conforme legislação.

Parágrafo Primeiro

Somente terão direito ao vale-transporte os empregados que efetivamente façam uso do transporte coletivo para locomover-se do e para o trabalho e unicamente para os dias trabalhados.

Parágrafo Segundo

Qualquer valor pago ao funcionário a título de vale-transporte, mesmo que não venha a ser descontado dos salários, não será considerado como verba salarial em nenhuma hipótese, não refletindo em qualquer outro valor pago ao empregado.

Seguro de Vida**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA**

Os condomínios farão um Seguro de Vida para todos os funcionários, independentemente de idade ou sexo e causa do falecimento, com o valor mínimo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por funcionário.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

No caso de demissão por justa causa, o empregador comunicará por escrito o motivo da rescisão sob pena de não poder alegar falta grave em juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO

Nos termos da lei 12.506/11 e orientação do MTE (Nota Técnica 184/2012) o aviso prévio de empregador para empregado será de 30 (trinta) dias para trabalho ininterrupto para o mesmo empregador até um ano, sendo acrescido de mais 03 (três) dias a cada ano completo de trabalho prestado ao mesmo empregador, até o total de 90 (noventa) dias, podendo 30 (trinta) dias ser trabalhado e o saldo será indenizado.

Parágrafo Primeiro

Quando o aviso prévio for concedido pelo empregado será aplicado, independentemente do tempo de serviço, sempre, apenas 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo

Fica dispensado o cumprimento do aviso prévio, quando concedido pelo empregador, no caso de o empregado obter novo emprego antes do término do referido aviso, desde que tal fato seja documentalmente comprovado. Nesta situação fica o empregador desobrigado do pagamento do saldo do aviso prévio.

Parágrafo Terceiro

No caso de aviso prévio concedido pelo empregado, desde que por este solicitado, fica a critério do empregador a liberação do trabalhador antes do término do respectivo período. Se o empregador liberar o empregado do cumprimento do aviso prévio as partes ficam isentas do pagamento do período restante ao cumprimento do aviso. As empresas/condomínios que possuam 50 (cinquenta) ou mais funcionários quando do pedido de demissão por parte do empregado efetuarão a dispensa de forma imediata, não podendo cobrar o aviso prévio.

Parágrafo Quarto

As verbas rescisórias deverão ser pagas dentro do prazo estabelecido no artigo 477, parágrafo 6º, da CLT, ou seja, no dia imediatamente seguinte ao término do contrato, ou até o 10º dia quando da ausência do aviso prévio, indenização deste ou de dispensa de seu cumprimento.

Parágrafo Quinto

O não cumprimento do prazo constante do parágrafo quarto ensejará a imediata aplicação da multa prevista no parágrafo 8º, da CLT.



Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORNECIMENTO DE RSC

Os empregadores fornecerão aos empregados demitidos ou demissionários os formulários do INSS devidamente preenchidos, quando solicitados, por ocasião do pagamento das verbas rescisórias.

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBSTITUIÇÕES

O empregado que exercer substituição temporária ou permanente terá direito a igual salário ao do substituído, excluídas as vantagens pessoais, enquanto durar a substituição, desde que esta não seja meramente eventual. Este pagamento não garante ao substituto a integração de tais valores em seus salários.

Normas Disciplinares

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – REUNIÕES

Os cursos ou reuniões promovidos pela empresa ou condomínio, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho. Caso ocorram fora do horário normal de trabalho, as horas decorrentes poderão ser compensadas através do banco de horas, se existente, ou de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - QUADRO DE AVISO

As empresas e condomínios colocarão à disposição um quadro de avisos, para afixação de editais, avisos e notícias de interesse da empresa ou do condomínio, do sindicato ou de pessoal.

Parágrafo Único

Somente poderá ser afixado qualquer documento no quadro de aviso com a ciência e concordância da empresa e/ou do condomínio.

Estabilidade Geral

CLÁUSULA VIGÉSIMA - GARANTIAS DE EMPREGO

- Fica assegurada à gestante a garantia de emprego e/ou salário, até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, ou outra garantia eventualmente definida em Lei.
- Fica garantido o emprego ao empregado que se encontre em período de pré-aposentadoria, desde que tenha 05 (cinco) ou mais anos de registro junto ao mesmo empregador, e que lhe falte 24 (vinte e quatro) meses para completar o tempo necessário para obter o benefício previdenciário, e até no máximo 6 (seis) meses,

enquanto não receber, depois de encaminhar o pedido ao órgão oficial, quando obrigatoriamente, deve informar tal fato, por escrito, ao empregador mediante comprovação do INSS.

– Haverá a perda da garantia de emprego quando o empregado infringir o artigo 482 da CLT (Consolidação da Lei Trabalhista).

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ZELADORES RESIDENTES NOS CONDOMÍNIOS

A todos os zeladores que residam no próprio condomínio e que sejam integrantes da categoria profissional, quando despedidos, fica assegurado o prazo de 30 (trinta) dias após a comunicação do aviso prévio para desocupar o imóvel. O prazo acima estipulado vale também para desocupação do imóvel por parte do empregado que solicitar a demissão e permaneça trabalhando o período do aviso prévio.

Parágrafo Único

Para o cumprimento do caput desta cláusula o empregado que deixar de cumprir com o prazo da desocupação do imóvel em que reside, será multado ou penalizado com a importância equivalente a 1/30 (um trinta avos) do salário que vinha percebendo do condomínio/empresa, por dia que permanecer no imóvel, revertendo tal penalidade e/ou multa a favor do condomínio/empresa prejudicado.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas Prorrogação/Redução de Jornada/Compensação



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - HORÁRIO ESPECIAL

Com base no inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal, fica facultado à empregadora e ao empregado firmarem, independentemente de função, acordo para a realização de regime de horário especial de trabalho denominado 12 x 36 (doze horas contínuas trabalhadas por trinta seis horas de descanso), ou ainda jornada de trabalho de 06 horas de 2ª a 6ª feira, com 12 horas trabalhadas aos sábados ou domingos, alternadamente, perfazendo 42 horas semanais ou, jornada na escala 5 x 1 (cinco dias de trabalho com um dia de folga) ou, 6 x 2 (seis dias de trabalho com dois dias de folga), ficando garantida a aplicação da legislação referente ao intervalo intrajornada.

Parágrafo Primeiro

Será assegurado aos empregados que foram contratados em horário diverso do regime 12 x 36, ou de 06 horas ou, ainda, na escala 5 x 1 ou 6 x 2, que qualquer alteração para este horário especial somente poderá ocorrer com a anuência das partes. Como a partir de 30/04/2016 não será mais permitido o trabalho em regime 5x1 poderá o empregador, a seu critério, alterar o horário de trabalho segundo a nova escala.

Parágrafo Segundo

Poderá haver contratação de colaboradores para laborar exclusivamente em dias de sábados, domingos e feriados, podendo ser contratados como horistas e/ou mensalistas, devendo ser respeitado, no mínimo, de forma proporcional ao número de dias/horas laboradas, o piso normativo da categoria.



Parágrafo Terceiro

O regime 5x1 poderá ser adotado até 30/04/2016, sendo que a partir de tal data deverá ser substituído por outro que atenda os interesses do empregador e esteja em conformidade com esta convenção. Os empregados que estejam laborando em tal regime de trabalho deverão adaptar-se ao novo regime instituído pela empresa/condomínio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS DOMINGOS E FERIADOS/DIAS PONTES

Os funcionários dos condomínios comerciais e shopping centers poderão laborar em dias de feriados e domingos, podendo ser compensados através de banco de horas ou, quando inexistir, com folga no decorrer da semana seguinte ao dia laborado ou seu efetivo pagamento como horas extras com o percentual de 100%.

Parágrafo Único

Fica facultado aos condomínios comerciais e shopping centers realizar a compensação de horas diretamente com seus colaboradores da área administrativa relativamente a dias pontes que antecedem ou sucedem dias de feriados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – BANCO DE HORAS

Durante a vigência da presente convenção coletiva de trabalho, todas as empresas e condomínios abrangidos pela presente, poderão instituir, através de Acordo Coletivo de Trabalho, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 59, da CLT, com as modificações instituídas pela Lei 9.601 de 21 de janeiro de 1998, e Medida Provisória nº 1.709/98, firmado diretamente com o Sindicato Laboral, a compensação da jornada de trabalho via Banco de Horas.

Parágrafo Único – O Sindicato Profissional se compromete a receber os pedidos de instituição do Acordo de Banco de Horas e, em consequência, realizar as Assembleias com os empregados das empresas interessadas, se necessário, e desde que a Empresa esteja quite com as contribuições devidas ao Sindicato Laboral e Patronal.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS

- Serão abonadas as faltas em horário de exames escolar e vestibular, desde que esses coincidam com o horário de trabalho, devendo o empregado avisar com antecedência de 48 horas e comprovar sua participação.
- Serão abonadas as faltas das mães trabalhadoras durante o período que se afastar no horário de expediente para consulta médica a filhos de até 12 (doze) anos ou inválidos, mediante comprovação por declaração médica, devendo, obrigatoriamente constar no documento o período de afastamento e o CID.
- No caso de falecimento de ascendentes, descendentes e irmão e desde que estes residiam a mais de 200 (duzentos) km de distância da residência do empregado, será concedido 03 (três) dias úteis de licença remunerada.

Parágrafo Primeiro

Quando da obtenção de atestado médico e/ou odontológico o funcionário deverá apresentá-lo ou providenciar a entrega junto ao empregador no prazo máximo de 48

(quarenta e oito) horas da data em que se iniciou o afastamento do serviço sob pena de não ser este aceito gerando o desconto dos dias como falta justificada.

Parágrafo Segundo

Somente serão considerados válidos os atestados médicos desde que nestes constem o CID (Classificação Internacional de Doenças).

Férias e Licenças Remuneração de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Ao empregado que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho, após cumprido o contrato de experiência, será garantido o direito ao recebimento de férias proporcionais.

Parágrafo Único

Quando o empregado entrar em férias a partir do mês de fevereiro terá o direito de receber 50% (cinquenta por cento) do valor do salário como adiantamento do 13º salário, quando solicitado.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E UNIFORME

Serão fornecidos gratuitamente aos trabalhadores, quando exigido por lei ou pelo empregador, todos os equipamentos de proteção individual bem como uniformes, calçados e instrumentos de trabalho.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ACESSO AOS DIRIGENTES SINDICAIS

Ao dirigente sindical, no exercício de suas funções, será garantido o acesso aos locais de trabalho da categoria, desde que dê prévio conhecimento à empresa ou ao condomínio, por escrito, inclusive informando os motivos da visita.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas ou os condomínios liberarão os dirigentes sindicais, da seguinte forma:
- Um membro da Diretoria Executiva do Sindicato, pelo período de vigência de seu mandato, sem remuneração.

- Os demais dirigentes da entidade profissional, durante 12 (doze) dias por ano, sucessivos ou intercalados, para comparecimento as assembleias, congressos, seminários ou reuniões sindicais, ficando a critério do empregador a remuneração.
- A liberação será concedida mediante solicitação escrita e assinada pelo Presidente do Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - TAXA SUBVENÇÃO PARA ASSISTÊNCIA MÉDICA

A título de contribuição para um fundo de assistência médica, as empresas e condomínios abrangidos pela presente Convenção Coletiva da categoria pagarão, para o Sindicato Profissional, o correspondente a 1,5% (hum vírgula cinco por cento) do valor do salário base de seus empregados durante 12 (doze) meses do ano. As referidas contribuições serão efetuadas quando o valor designado para a contribuição for igual ou superior a R\$ 10,00 (dez reais). As contribuições com valores inferiores deverão ser acumuladas até que seja alcançado o valor acima estipulado.

Parágrafo Primeiro

Os integrantes da categoria que mantenham ou venham a instituir plano de saúde a seus colaboradores pagarão somente o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a título de contribuição para um fundo de assistência médica.

Parágrafo Segundo

Pelo não cumprimento do repasse dos valores da contribuição instituída na cláusula 30 em sua época própria, fica estipulada a multa de 0,3333% ao dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês mais correção pelo INPC ou índice equivalente.

Parágrafo Terceiro

Os valores da Contribuição previstos no *caput* desta cláusula deverão ser recolhidos à conta do Sindicato Profissional, na Caixa Econômica Federal – Agência: 0419 – C/C: 5119-8, até o 1º. dia seguinte ao pagamento dos empregados.

Parágrafo Quarto

A contribuição para o fundo de assistência médica prevista no *caput* da Cláusula Trigésima será recolhida ao sindicato laboral até o momento em que o sindicato patronal vier a criar uma entidade para atendimento médico aos integrantes da categoria. A partir do momento que o sindicato patronal oficializar a entidade para a prestação de assistência médica os valores continuarão a ser recolhidos, porém a favor do sindicato patronal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Conforme deliberado pela Assembleia Geral do dia 16/03/2015, todos os integrantes da categoria profissional abrangidos pela presente convenção pagarão ao sindicato profissional, a título de contribuição assistencial, o percentual de 2,0% (dois por cento) sobre os salários nominais dos meses de **maio, agosto, novembro de 2015 e janeiro de 2016** com teto máximo de R\$ 40,00 (quarenta reais) por desconto, valores esses que os empregadores descontarão na folha de pagamento de seus empregados.

Parágrafo Primeiro

Fica estipulado que o trabalhador terá o direito a oposição a esta contribuição, dirigindo-se até a entidade sindical com uma carta de oposição, ficando responsável por entregá-la, com o visto do sindicato, a seu empregador.

Parágrafo Segundo

Os valores da Contribuição Assistencial deverão ser recolhidos à conta do Sindicato Profissional, na Caixa Econômica Federal – Agência: 0419 – C/C: 5119-8, até o 1º. dia seguinte ao pagamento dos empregados.

Parágrafo Terceiro

Pelo não cumprimento do repasse dos valores da contribuição assistencial em sua época própria, fica estipulada a multa de 0,3333% ao dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês mais correção pelo INPC ou índice equivalente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL EMPRESAS SEM FUNCIONÁRIOS

(Contribuição Especial) As empresas e os condomínios que não tiverem empregados registrados na data do recolhimento previsto na cláusula TRIGÉSIMA deverão contribuir para o sindicato profissional, nos meses de **maio, julho, outubro e dezembro de 2015**, com a importância equivalente a 5% (cinco por cento) do maior piso da categoria e recolhido à entidade profissional **até o décimo dia do mês subsequente**.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - REVERSÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/03/2015, as empresas e os condomínios abrangidos pela presente convenção, ficam obrigados a recolher para o Sindicato Patronal, a importância equivalente a 10% (dez por cento) sobre a folha de pagamento total bruta, dos empregados e/ou terceirizados nos meses de junho e setembro de 2015.

Parágrafo Primeiro

Os valores acima deverão ser recolhidos à conta do SECOVI NORTE – SC, junto à Caixa Econômica Federal – Agência: 0419 – OP-003 C/C: 3349-1, até o dia 10 de julho de 2015, referente ao mês de junho e 10 de outubro de 2015, referente ao mês de setembro/2015.

Parágrafo Segundo

As empresas e os condomínios que não possuem empregados registrados ou terceirizados devem recolher a contribuição mínima correspondente ao percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do maior salário normativo da categoria, ou seja deverão recolher 2 parcelas no valor de R\$ 104,50 (cento e quatro reais e cinquenta centavos) cada uma, sendo que a 1ª parcela deverá ser paga até o dia 10 de julho de 2015 e a segunda parcela até o dia 10 de outubro de 2015.

Parágrafo Terceiro

Após o recolhimento da contribuição assistencial patronal, as empresas e os condomínios deverão encaminhar ao SECOVI, até o 10º (décimo) dia útil após o recolhimento, cópia da guia devidamente quitada e cópia do resumo geral da folha de pagamento do respectivo mês do desconto.

Parágrafo Quarto

Pelo não cumprimento do caput desta cláusula e de seu parágrafo segundo, fica estipulada a multa de 10% (dez por cento), acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês mais correção pelo INPC ou índice equivalente.

Parágrafo Quinto

A falta de cumprimento dos recolhimentos previstos nesta cláusula e seus parágrafos darão direito ao Sindicato Patronal de ingressar com a competente ação de cobrança junto à Justiça do Trabalho, arcando o inadimplente com a responsabilidade de pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - RELAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES

As empresas e os condomínios fornecerão ao Sindicato Profissional, até 10 (dez) dias após o desconto, as relações dos descontos de mensalidades, Contribuições Sindical, Confederativa ou Assistencial, discriminando individualmente o nome do contribuinte e o valor do desconto.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - RELAÇÕES DE DEMISSÕES

O Sindicato Laboral encaminhará para o Sindicato Patronal, impreterivelmente até o dia 10 (dez) de cada mês, a relação de todas as rescisões homologadas no sindicato no mês anterior, contendo o nome da empresa, nome do empregado desligado e o respectivo salário e data do desligamento.

Parágrafo Único

O não cumprimento dos encargos estabelecidos no caput deste artigo dará direito ao Sindicato Patronal de determinar as Empresas e aos Condomínios a imediata suspensão do cumprimento da obrigação contida no parágrafo único da cláusula 30.

Disposições Gerais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões contratuais serão efetivadas perante o Sindicato da categoria Profissional (Laboral) e/ou Sindicatos filiados conveniados, nos termos da legislação em vigor, independentemente de tempo de serviço, fora do período de experiência.

Parágrafo Único

Para homologação das rescisões contratuais pelo Sindicato Profissional (Laboral) deverão ser apresentados os comprovantes de quitação ou declaração de pagamento das contribuições: Contribuições Sindicais, Contribuições Confederativas e da Reversão Assistencial Patronal, fixadas nas Convenções Coletivas de Trabalho e nas Assembleias, relativamente aos últimos 05 (cinco) anos, ambas emitidas pelo SECOVI NORTE-SC.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

Fica estabelecida a possibilidade jurídica de o Sindicato dos Empregados ingressar na Justiça do Trabalho com ação de cumprimento, independentemente de outorga de procuração de seus representados, visando o cumprimento de qualquer das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho. A entidade patronal e as empresas imobiliárias e os condomínios reconhecem a legitimidade da entidade sindical dos empregados, para ajuizamento dos pedidos sobre cumprimento de todas as cláusulas desta Convenção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ACORDO DO TERMO DE COMPROMISSO

As partes constantes da presente se comprometem em cumprir e fazer cumprir quaisquer acordos ou termos de compromisso que venham a ser assinados independentemente da Convenção Coletiva.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

As empresas ou os condomínios, quando contratarem mão-de-obra de empresas prestadoras de serviços terceirizados, deverão exigir que a contratada pratique, para seus funcionários, os salários normativos determinados por esta convenção e recolher as contribuições sindicais e demais contribuições devidas ao Sindicato dos Trabalhadores (Laboral) e ao SECOVI NORTE-SC (Patronal).

Parágrafo Primeiro

As empresas e os condomínios que contratarem empresas prestadoras de serviços serão responsáveis pelos pagamentos das contribuições e penalidades estabelecidas nesta convenção.

Parágrafo Segundo

As empresas e os condomínios que não cumprirem com o estabelecido nesta cláusula e parágrafo acima serão penalizados com uma multa equivalente ao maior piso da categoria por empregado utilizado no estabelecimento.

As penalidades quando cobradas serão revertidas ao Sindicato dos Empregados (laboral).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – PENALIDADES

Pelo não cumprimento de qualquer cláusula desta Convenção, desde que não prevista aplicação de penalidade própria, fica estabelecida a multa de 10% (dez por cento) do salário normativo da categoria, por infração e por empregado, em favor da parte prejudicada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - VALIDADE

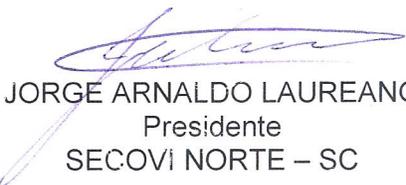
A presente Convenção tem vigência por 01 (um) ano, com início em 01 de maio de 2015 e término em 30 de abril de 2016.

E assim, por estarem de acordo, datam e assinam a presente para que surta seus legais e reais efeitos devendo a presente Convenção Coletiva de Trabalho ser depositada perante o Órgão Administrativo do Ministério do Trabalho.



ROLANDO ISLER
Presidente

SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS IMOBIL.E CONDOMIN.JLLE.



JORGE ARNALDO LAUREANO
Presidente
SECOVI NORTE – SC



ANAGE ALVES DA SILVA
Presidente da Comissão de Negociação
SECOVI NORTE - SC